

1970

Lettre du Directeur Général d'Outremer au Gouverneur Général d'Angola — (28-XI-1894)

António Brásio

Follow this and additional works at: <https://dsc.duq.edu/angolavol4>



Part of the [Catholic Studies Commons](#)

Recommended Citation

Brásio, A. (Ed.). (1970). Lettre du Directeur Général d'Outremer au Gouverneur Général d'Angola. In *Angola: 1890-1903*. Pittsburgh, PA: Duquesne University Press.

This 1894 is brought to you for free and open access by the Spiritana Monumenta Historica at Duquesne Scholarship Collection. It has been accepted for inclusion in Angola: 1890-1903 by an authorized administrator of Duquesne Scholarship Collection.

RAPPORT DU PÈRE JOSÉ MARIA ANTUNES
AU MINISTÈRE D'OUTREMER

(1-XII-1894)

SOMMAIRE — *Propose l'organisation d'un réseau de missions catholiques dûment échelonnées, factoreries commerciales, forteresses et postes militaires, colonies de peuplement européen, pour l'occupation effective d'Angola, étant les missions catholiques le moyen le plus facile et le plus efficient. — Subsidés au Scolasticat.*

Uma das necessidades mais imperiosas que actualmente se impõe ao país e que, a meu ver, muito deve chamar a esclamada atenção do Ex.^{mo} Sr. Ministro da Marinha e Ultramar, é a occupação efectiva dos imensos territórios, que se estendem a leste da província de Angola, desde o meridiano do Bié até ao do Barotze, na extensão de 70 graus quadrados aproximadamente, ou de 1400 léguas quadradas.

Perante as deliberações formuladas no Congresso de Berlim, Portugal não deixará de arcar com sérias dificuldades para incorporar esses imensos territórios na província de Angola, se não tiver nessas vastíssimas regiões centros de occupação, o que se poderia conseguir por meio de feitorias comerciais, postos militares, colónias de emigração europeia, ou missões religiosas que civilizem o gentio e estabeleçam colónias cristãs de africanos civilizados.

Ora os três primeiros meios julgo-os irrealizáveis; ficando portanto o quarto como o mais actualmente exequível, como o vou provar:

1º A occupação por meio de feitorias comerciais não existe de facto além do meridiano do Bié; pois que, se bem que os

gentios das regiões mais a leste façam com o litoral da nossa província um comércio activo, como o demonstram as estatísticas aduaneiras das nossas praças da costa, duvido não obstante, de que este facto possa servir de argumento indiscutível, para provar a nossa ocupação real desses territórios, por não termos neles nenhuns postos permanentes comerciais, e não ser possível tão depressa estabelecê-los, atentas as dificuldades inúmeras por parte dos transportes, que só se podem efectuar às costas de carregadores, e mil outros obstáculos de carácter diverso, tais como a insalubridade do clima, falta de meios de segurança, etc.

2º A ocupação militar seria um meio decisivo de fixarmos nesse território o nosso domínio; mas quantos milhares de contos não absorveria semelhante tentativa? Construções de fortes, armamentos e munições, numerosos soldados bem adestrados, oficiais para o comando, sustentação dos mesmos, expedições..., etc. Para se efectuar semelhante empresa seria mister sobrecarregar de tal modo o orçamento da Província, que me parece ela absolutamente irrealizável, sobretudo em face das circunstâncias financeiras em que está colocada a nação. A estes motivos cumpre acrescentar que a ocupação militar, sob o ponto de vista civilizador, não me parece que seria o meio mais próprio para nos inculcarmos no ânimo do selvagem e atraí-lo à comunhão dos nossos interesses e da nossa vida.

3º A ocupação por meio de colónias de povoação com emigrantes europeus é um problema apenas estudado nos sítios mais salubres dos Planaltos da Província e muito discutível, para não dizer insolúvel nos outros pontos; custaria ao Estado quantias fabulosas; teria uma progressão tão lenta que parece quimérico querermos num próximo porvir lançar mão deste meio, para ocupação efectiva de 1400 léguas quadradas num sertão apenas conhecido e explorado.

4º Resta-me provar que só por meio de Missões Religiosas civilizadoras poderemos atingir a consecução do resultado que

nos ocupa; o que não quer dizer que reprovemos os outros meios acima citados; pensamos, pelo contrário, que deles nos devemos igualmente servir, cada vez que as circunstâncias o reclamem.

Desde há treze anos para cá têm-se fundado e desenvolvido, em toda a região de Angola, submetida à soberania da coroa portuguesa, quinze missões, a saber: com centro na Huíla 4: a da Huíla, de Chivinguiro, Jau e Quihita; com centro em Caconda 4: a de Caconda, Bié, Cassinga e Cubango; com centro em Malanje 2: a de Libolo e a de Malanje; em Luanda uma; com centro em Lândana 4; a de Lândana, Cabinda, Luali e Lucula. Além destas fundaram-se as Missões do Humbe, do Cuanhama e de Santo António do Sonho, abandonadas mais tarde por causa das revoltas dos gentios.

Ora se exceptuarmos a Missão de Lândana, fundada em 1865 ⁽¹⁾, todos estes centros de verdadeira civilização cristã, são a obra de treze anos apenas.

Os resultados que estão produzindo não me incumbe a mim enaltecê-los. Têm os visto pessoalmente os Excelentíssimos Prelados Diocesanos, deles têm falado em seus relatórios ao Governo da Metrópole, assim como os Excelentíssimos Governadores da Província e os dos Distritos. Têm os posto em relevo cavalheiros muito distintos e muito ilustrados da nossa sociedade, que os têm visto de perto e examinado.

Ora se, no prazo apenas de treze anos, conseguimos fundar quinze obras civilizadoras de tão grande alcance, e cujo resultado prático se está patenteando pelo número avultado de crianças de ambos os sexos, que as missões educam, e que actualmente se eleva a perto de mil oitocentas e pelas aldeias

(1) La Préfecture du Congo a été confiée à la Congrégation du Saint-Esprit par décret du 9-IX-1865, mais la mission de Lândana n'a été créée qu'en Juillet 1873.

ou povoações cristãs que, ao pé das mesmas missões, se vão estabelecendo, e cujo número se eleva a oito; se um tal resultado prático se tem obtido num espaço tão limitado de treze anos, tendo-se principiado quase sem pessoal, sem recursos do Estado, pois só em 1887 é que a Missão de Huíla principiou a ser subsidiada, e actualmente dessas quinze missões só oito o estão sendo, o que se não poderá fazer com os elementos de capital, de experiência e de prática adquirida e de pessoal formado de que já actualmente se dispõe?

Eu calculo que havendo pessoal (que é a questão actualmente de maior urgência), algum capital, que poderá provir de esmolas oferecidas pela cristandade, dos subsídios que o Estado possa dar e sobretudo do produto do trabalho das próprias missões que já muito produzem, sem o que não teriam progredido, calculo que, no espaço de dez anos ou mesmo em menos espaço de tempo, poderemos ocupar, por meio de missões bem organizadas, todos os vastos territórios que se estendem a leste da Província, no espaço pouco mais ou menos de 1400 léguas quadradas.

Em razão da experiência que tenho adquirido durante o espaço de treze anos de residência no Continente negro, em contínua relação com as tribos selvagens, cuja língua falo, julgo ser prático e realizável o seguinte plano de Missões, cuja execução, se bem que grandiosa e de um alcance incalculável, tanto sob o ponto de vista religioso como sob o ponto de vista político, não exigiria contudo quantias avultadas nem sacrificios extraordinários por parte do Estado. Em primeiro lugar tomo como princípio que as Missões não se deviam fundar a mais dum grau de distância, ou vinte léguas, umas das outras, a fim de que umas possam servir como ponto de escala para as outras; traz como consequência este princípio, a facilidade dos transportes, a facilidade de reforçar o pessoal ou de substituí-lo, em casos de doenças ou de mortes, e a de um pronto

e eficaz socorro em casos de ataques por parte dos indígenas. Ora dispondo só actualmente de quatro centros de Missões já sòlidamente estabelecidas, cada qual com missões filiais e aldeias cristãs, eu estou convencido de que, havendo pessoal missionário habilitado, poderemos, como já disse, em menos de dez anos, ocupar por meio de missões toda a parte leste da nossa província de Angola, ocupação que me não parece praticamente possível de qualquer outro modo.

Para o fim acima mencionado basta que se possam fundar, irradiando de cada centro de missões já organizado, um certo número de missões, avançando para leste, com a distância aproximada de um grau entre cada uma.

Ora examinando o assunto sob o ponto de vista prático, eis o que me parece exequível:

1° A missão de Malanje como missão central, fundaria no espaço de 10 anos quatro missões filiais, numa extensão de 4 a 5 graus, até chegar ao rio Cassai, reputado como nossa fronteira a leste do paralelo de Malanje.

2° No mesmo espaço de tempo a missão de Caconda, continuando do Bié para leste, poderia atingir o rio Liba, que forma o curso superior do Zambeze ocidental, por meio de 5 missões, pois dista deste rio a 5 graus.

3° A Missão de Cassinga seria o ponto de partida de outra linha de 4 Missões, para alcançar o Zambeze ocidental.

4° Finalmente a Missão da Huíla, por distar a sua Missão filial mais central, mais de 8 graus da nossa fronteira que confina com o Barotze, teria que fundar 7 Missões para ali chegar. Para uma destas Missões já tem pessoal preparado e tenciona fundá-la no decurso do ano próximo.

Formaria a realização deste projecto um total de 20 Missões, havendo entre cada uma, no rumo de oeste a leste, a distância de um grau e no rumo do norte a sul a distância de dois graus, em média. Para todo o plano se realizar no espaço

de 10 anos, haveria que fundar, termo médio, duas Missões cada ano.

Das vinte Missões novas, seriam fundadas pelo Estado as que pertencessem aos Centros de Malanje e Bié, mais duas da Missão de Huíla: a de Mulola dos Gambos já projectada, e a de Humbe; em tudo 11. Pelo desejo que várias vezes me foi manifestado pelos administradores da Companhia de Moçâmedes, de terem em seu território um número considerável de Missões, parece-me que aceitariam com gosto custear a fundação das outras nove Missões; das quais 5 pertencentes à Missão da Huíla e outras 5 à de Cassinga.

Calculo uma média de 4 contos de réis para a fundação e para o subsídio anual de cada Missão, verba que tenderia antes a diminuir do que a aumentar uma vez que a Missão se desenvolvesse e criasse, pelo trabalho agrícola e industrial, recursos próprios.

Para atingir o fim que fica exposto, para não deixarmos tantos milhões de almas sem a luz benéfica do Evangelho e da civilização cristã e para não termos que sofrer a imposição das outras nações, que vão ocupando todos os nossos territórios por meio de Missões protestantes, das quais existem actualmente em Angola 16, e que nos traçarão os nossos limites em conformidade com a nossa ocupação efectiva e a delas, é de absoluta necessidade que desde já se tomem todas as medidas para que se ocupem, por meio de Missões, todos os vastíssimos territórios até hoje desocupados, e urge isto tanto mais que precisamos absolutamente deles para o desenvolvimnto e estabilidade do nosso comércio, visto nos virem deles os produtos mais rendosos da nossa província, tais como a borracha, o marfim e o gado bovino. É pois necessário que o Estado faça sacrificios para que definitivamente se adquira para a coroa portuguesa todo esse vastíssimo sertão, sem o qual ficaremos reduzidos a uma faixa de terreno no litoral, que nunca terá, sem o comércio interior, senão uma importância muito secundária.

É facto averiguado que por falta da occupação da Lunda o nosso comércio de marfim, que antigamente animava os mercados de Luanda, sofreu um golpe decisivo, derivando-se para o alto Congo. O mesmo se está receando que aconteça a Benguela com o comércio da borracha e assim sucederá, atento o sistema geralmente seguido pelos nossos commerciantes de ficarem nas praças do litoral, à espera que os selvagens lhes venham trazer a suas casas os productos do sertão.

É notório que cada ano saem dos nossos sertões da Huíla, Humbe e Ovampo *milhares* de bois levados para o Transvaal, por commerciantes estrangeiros, que aproveitam a falta de concorrência, por parte dos commerciantes portuguezes. Esta derivação do nosso comércio dará talvez como resultado ficarmos dentro em pouco com a nossa acção commercial atrofiada e ficarmos talvez, o que pior seria, sem os próprios sertões de onde o comércio nos vem, sobretudo quando se tratar de delimitação dos mesmos e de fazer reconhecer como nossas as fronteiras até onde actualmente pretendemos que se estendem as fronteiras do nosso domínio.

Tudo isso se evitaria por meio da acção pacífica das missões. As missões atraindo estes povos selvagens, pondo-os em contacto mais directo com o Europeu, dissipando a natural desconfiança de selvagem em face de indivíduos de uma raça superior, transformando-os por meio de uma educação perseverante não só agrícola como também industrial, são o único meio de os fazer passar rapidamente da selvagaria e da barbaria aos primeiros degraus da civilização, e portanto de pô-los em comunicação com os nossos interesses e de fazê-los partilhar os benefícios da nossa civilização. Estou convencido de que o comércio havia de lucrar imenso com uma transformação desta ordem.

Assim é que as missões são chamadas a prestar um relevante serviço à humanidade e à nação, levando a esses pobres selvagens do Continente Negro a luz da fé e do Evangelho.

Não basta, porém, que queiramos missões; é necessário que tomemos os meios adequados para as fundarmos e as desenvolvermos: estes meios são a formação do pessoal.

Não havendo actualmente na metrópole clero de sobra para as necessidades espirituais das povoações do Continente, muito pequena é a percentagem do que pode ir para as Colónias. Ainda que cada ano partissem para Angola dez sacerdotes, seria ainda um número insufficientíssimo para missionar uma região doze vezes como Portugal, quanto mais não indo cada ano mais do dois ou três!

Forçoso pois será renunciarmos à Evangelização e civilização de Angola e muito mais à ocupação efectiva do interior desta auspiciosa província, por meio de missões, se não criarmos na metrópole um estabelecimento especial para a formação de missionários para esta província.

Até ao presente, tanto para a missão da Huíla como para os outros centros de missões, achámos sempre a melhor vontade e a mais generosa dedicação em companheiros de diferentes nacionalidades que nos quiseram coadjuvar; mas é-nos impossível continuar a contar com outros, pela razão de serem necessários nas Colónias das diferentes nações a que pertencem. Não pode pois a Congregação do Espírito Santo continuar a fornecer missionários estrangeiros às nossas missões, e forçoso é que tomemos a iniciativa de os formar em Portugal.

Torna-se pois de inadiável necessidade a formação de pessoal português para as missões.

Neste intuito fundou a Congregação do Espírito Santo um Colégio em Braga e outro no Porto, para se adquirir por este meio o capital indispensável para a formação e organização de um seminário apostólico, que apurasse missionários para as missões de Angola.

Este seminário, anexo primeiro ao colégio de Braga e transferido actualmente para o Convento da Formiga, perto do Porto, já deu alguns sacerdotes, que actualmente trabalham nas nossas obras e missões, e consta actualmente de 40 alunos, dos quais três cursam teologia, nove filosofia e os restantes instrução secundária.

Este Instituto, fundado e organizado com professores competentes saídos, pela maior parte, de entre os nossos professores do colégio de Braga, nada tem custado ao Estado e representa uma obra eminentemente patriótica e de um alcance incalculável, para a extensão em África das nossas missões, e portanto da nossa influência.

Esta obra, porém, luta com dificuldades, que a tornam deficiente, por não poder ter senão um número diminuto de alunos, sendo igualmente diminuto o capital de que dispõe para a formação dos mesmos. Para as necessidades da nossa colónia de Angola são-nos necessários, não só 50 alunos, mas pelo menos 120, para termos por ano uma percentagem de 8 a 10 missionários.

Forçoso nos é recorrer ao Estado e pedir-lhe que se digne, em vista do imenso bem a que esta obra é destinada, subsidiá-la, para que possa educar um número razoável de seminaristas.

Para se conseguir este resultado não precisa o Estado de gastar quantias extraordinárias, como aconteceria se se tratasse de fundar e organizar um estabelecimento desta ordem. Bastaria para este fim um subsídio anual de seis a sete contos de réis, encarregando-se os iniciadores desta obra do resto da despesa, como se pratica com a Escola Agrícola Colonial de Sintra, que tantos serviços está prestando às nossas missões. Sem mesmo criar novas fontes de receita, poderá o Governo achar no orçamento da província de Angola verbas de que se poderia lançar mão para esse fim. Bastar-me-á apontar uma verba de 24 contos

de réis para colonização, da qual certamente não emprega a metade, visto ser a colonização actualmente, no planalto, em escala muito diminuta.

Só me resta expor mais uma razão em prol da medida que proponho, para o desenvolvimento rápido das nossas missões de Angola, e é que, se o Governo deseja que os vastos territórios dalém Cunene sejam anexos ao Real Padroado, será forçoso que neles estabeleça missões e que para elas se forme pessoal adequado. Não poderá haver argumento mais palpável perante a Santa Sé do que provar-se que Portugal quer ocupar-se sèriamente da evangelização das suas colónias e que não é com um fim meramente espectacularo que deseja estender o seu padroado em todos esses territórios.

Resumindo em breves frases o que acabo de expor, direi:

1º Urge tomarmos posse, em nome da fé e da pátria, de todos os países a leste da província de Angola, na extensão de 1400 léguas quadradas, de onde vêm as nossas maiores riquezas coloniais.

2º Basta, para atingir este fim, formar quatro linhas de missões, estendendo-se de oeste a leste, para além das missões já fundadas; estas missões atingirão o meridiano do Barotze em menos de dez anos e formarão uma vasta rede, abrangendo todo aquele território; para o que bastam *vinte* missões!

3º Para a realização prática deste plano é preciso que o Estado auxilie eficazmente a formação de missionários que cooperem para esta obra tão grandiosa; para o que será necessário subsidiar com uma quantia de seis a sete contos o Seminário Apostólico da Formiga, fundado para as missões de Angola, por iniciativa particular, e que já conta 40 alunos, de modo que esse seminário possa ter 100 ou 120 alunos e possa dar por ano 8 a 10 missionários.

A consecução deste plano terá como resultado a propagação da fé de Cristo em toda a região ainda pagã de Angola e a

ocupação pacífica de todo o sertão, e provará à face da Cris-
tandade que Portugal sabe cumprir com a missão sublime que
lhe impõe o culto e o nobre privilégio de padroeiro.

Lisboa, 1 de Dezembro de 1894.

P.º José Maria Antunes

AHU — 1ª Repartição — Angola — Carton 14 — Ori-
ginal.

PORTUGAL EM AFRICA, Lisboa, 1894 (I), p. 409-
418.